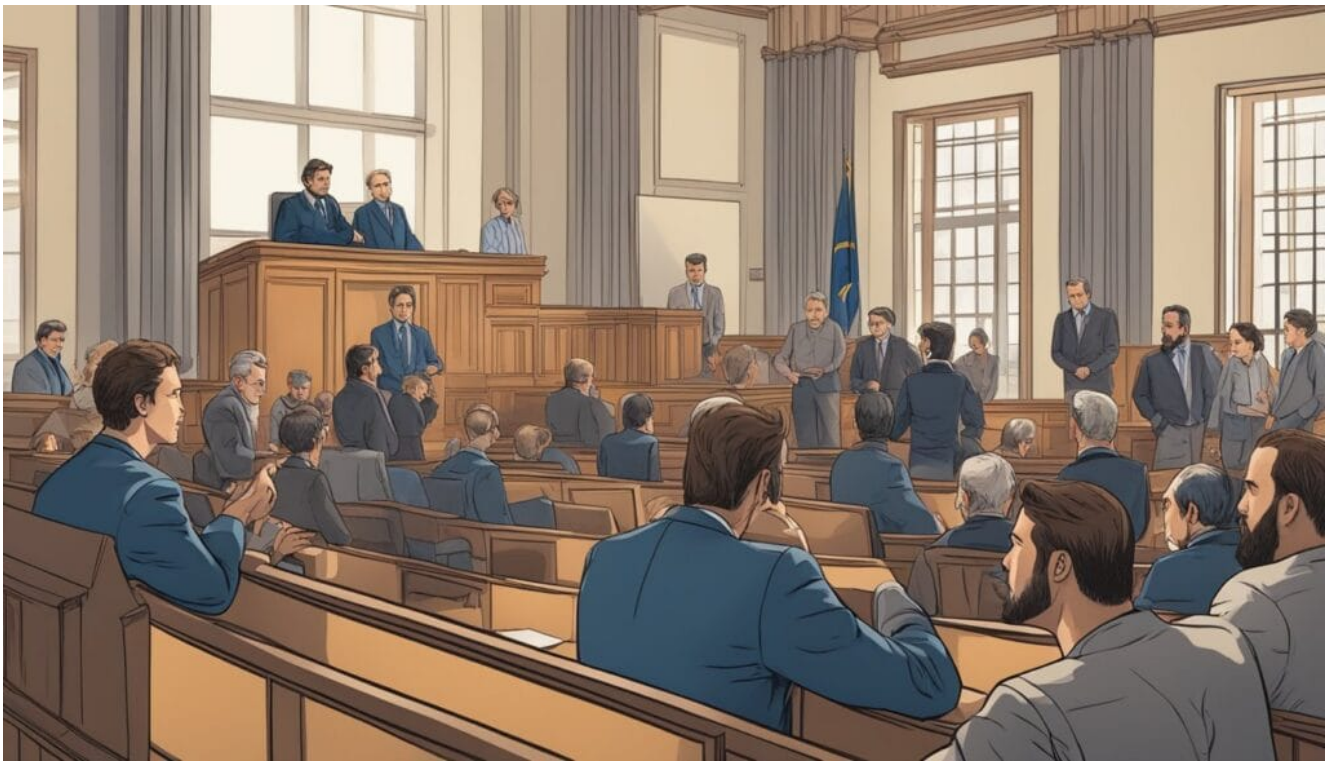
Artigo 130 Código Penal Comentado: Análise do Risco de Contágio Venéreo

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | janeiro 23, 2025

O artigo 130 do Código Penal Brasileiro tipifica o crime de perigo de contágio venéreo, abordando situações em que uma pessoa expõe outra ao risco de contrair uma doença venérea através de relações sexuais ou atos libidinosos quando sabe ou deveria saber que está contaminada. **A pena estabelecida para esse delito oscila entre detenção de três meses a um ano, ou aplicação de multa, e pode se agravar caso haja intenção de transmitir a doença, levando a reclusão de um a quatro anos.** Essa regulamentação busca proteger a saúde pública e a integridade sexual das pessoas, refletindo sobre as delicadas circunstâncias e intenções que rodeiam a transmissão de tais doenças.

No contexto jurídico, a configuração deste crime tem sido palco de intensos debates. Considerado um crime de perigo abstrato, não é necessária a comprovação efetiva do contágio, sendo suficiente a realização do ato que a lei presume perigoso. A legislação destaca a importância do dolo para caracterizar a intenção do agente ao transmitir a moléstia, explorando nuances no direito penal e as implicações éticas e morais envolvidas.

Principais Conclusões



- Artigo 130 trata do risco de contágio venéreo.
- Pena varia de detenção a multa, agravada por dolo.
- Considera-se crime de perigo abstrato.

O Contexto Jurídico do Artigo 130

O artigo 130 do Código Penal aborda o crime de perigo de contágio venéreo, envolvendo a disposição de alguém a contrair uma doença venérea. Este crime é tipificado como formal e busca proteger a saúde pública como bem jurídico central.

Enquadramento no Código Penal

O artigo 130 está inserido no Título I da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, que trata dos crimes contra a pessoa. Este artigo define o crime de perigo de contágio venéreo, punindo quem expõe outra pessoa ao risco de contrair uma doença venérea através de atos sexuais ou libidinosos.

Caracteriza-se como um crime formal porque não exige a efetiva transmissão da doença, apenas a exposição ao risco. A intenção de agir, ou dolo de perigo, deve estar presente, significando que o autor sabe ou deveria saber do risco de contágio.

A proteção do bem jurídico à saúde reflete a preocupação em garantir não apenas o bem-estar individual, mas também a saúde pública como um todo. Este enfoque reforça a responsabilidade de indivíduos portadores de doenças venéreas em evitar a disseminação.

A pena prevista varia de detenção de três meses a um ano ou multa, demonstrando o legislador que o foco é a prevenção e a proteção social. Para mais detalhes, o artigo pode ser acessado em várias análises jurídicas disponíveis online, como no site JusBrasil, onde o artigo 130 é discutido.

Elementos Constitutivos do Crime

O artigo 130 do Código Penal define um crime ligado à exposição ao risco de contágio de doenças venéreas. A análise envolve a compreensão de comportamentos específicos e as condições que configuram esse delito.

Ato Libidinoso e Relação Sexual

O ato libidinoso e a relação sexual são componentes críticos no artigo. Eles envolvem qualquer interação intencional que possa transmitir uma doença venérea. A legislação criminaliza a conduta de qualquer pessoa que, com ciência de sua condição de saúde, participa de tais atos. A inclusão do ato libidinoso é importante, pois amplia o alcance do comportamento criminoso para além do tradicional conceito de relação sexual.

A variedade de comportamentos incluídos reflete uma preocupação com a saúde pública e a proteção de indivíduos contra riscos de infecção. Sendo assim, o foco está em impedir comportamentos que conscientemente exponham outros a

infecções.

Contágio e Moléstia Venérea

O contágio é central no crime em questão, envolvendo a transmissão de uma moléstia venérea. Moléstias venéreas são infecções geralmente transmitidas por contato sexual e podem incluir doenças conhecidas. O elemento do contágio assume que o agente tem ciência ou deveria ter ciência de estar infectado.

Esse conhecimento prévio da doença destaca a intenção ou negligência deliberada no comportamento do agente. Assim, ações que resultam na exposição de outra pessoa aumentam a gravidade do ato, especialmente em um contexto onde a saúde pública é prioritária.

Exposição ao Perigo de Contágio

O crime é caracterizado pela exposição de alguém ao perigo de contágio. Essa exposição ocorre quando a pessoa deliberadamente toma ações que podem resultar em transmissão de uma doença. A exposição não requer que a doença seja efetivamente transmitida, apenas que haja um risco consciente de contágio.

Esta distinção sublinha a importância da prevenção e responsabilidade social. Proteger terceiros de possíveis riscos infecto-contagiosos é a base do ordenamento jurídico nesse aspecto. O Código Penal, portanto, busca incutir uma cultura de responsabilidade na saúde pública.

Sujeito Ativo e Passivo

O sujeito ativo é a pessoa que, sabendo ou devendo saber de sua condição, expõe outro ao risco de infecção. Ele atua com a intenção ou negligência de transmitir a doença. Já o sujeito passivo é aquele que é colocado em risco. Esta figura não

precisa ter contraído a doença para ser reconhecida como vítima.

A relação entre sujeitos ativo e passivo define a dinâmica do crime, realçando a importância da intencionalidade no comportamento criminoso. Tal diferenciação tem o propósito de responsabilizar quem atua de modo imprudente ou malicioso, assegurando uma proteção mais ampla à coletividade.

A Esfera do Dolo no Crime

No contexto do Artigo 130 do Código Penal, o dolo desempenha um papel crucial na tipificação do crime de perigo de contágio venéreo. Entender a distinção entre dolo específico, direto e eventual é essencial para compreender as intenções do agente.

Dolo Específico e Direto

O dolo específico se refere à intenção clara e determinada do agente em expor alguém ao risco de contágio venéreo. Ele deve saber ou suspeitar que está contaminado e, ainda assim, prosseguir com o ato libidinoso.

No caso do dolo direto, o agente tem a certeza de que sua ação resultará na exposição ao risco. Ele age com plena consciência de que suas ações provocarão o resultado nocivo, mostrando assim uma vontade determinada de realizar o ato previsto em lei. A identificação destes fatores é crucial para caracterizar a intenção do crime.

Dolo Eventual

O dolo eventual ocorre quando o agente, embora não deseje diretamente o resultado, assume o risco de produzi-lo ao praticar o ato. Ele se mostra indiferente ou negligente ao perigo causado, aceitando a possibilidade de causar dano ao outro.

Dessa forma, no contexto do Artigo 130, o agente tem a consciência de que pode transmitir a doença, mas não se importa com esse resultado negativo. Portanto, é fundamental considerar este elemento subjetivo para determinar se há dolo eventual em cada caso específico na prática jurídica.

Procedimentos da Ação Penal

O Artigo 130 do Código Penal aborda o crime de perigo de contágio venéreo, destacando o papel da ação penal nesse contexto. Este tema é explorado através da ação penal pública e da sua forma condicionada, bem como os procedimentos de representação e denúncia.

Ação Penal Pública e Condicional

A **ação penal pública** é um tipo de procedimento em que o Estado, através do Ministério Público, conduz a acusação sem precisar de uma iniciativa da vítima. No caso do Artigo 130, a ação pode ser pública incondicionada, dependendo da gravidade do ato e das circunstâncias.

Já a **ação penal pública condicionada** necessita de uma queixa

da vítima para que o Ministério Público possa agir. Em crimes de menor potencial ofensivo, a manifestação da vítima é essencial para dar continuidade ao processo. Este aspecto é crucial em casos onde a privacidade e a sensibilidade do crime exigem um tratamento cuidadoso, respeitando a vontade da vítima ao decidir seguir com a ação.

Representação e Denúncia

A **representação** é um ato formal em que a vítima ou seu representante legal expressa a vontade de que o crime seja investigado e processado. Nos crimes abordados pelo Artigo 130, a representação é essencial quando se trata de ação penal pública condicionada, pois, sem ela, o Ministério Público não pode oferecer denúncia.

A **denúncia** é feita pelo Ministério Público após a representação, caso seja necessária, e consiste no ato formal de acusar alguém de um crime em juízo. Este processo marca o início do procedimento judicial, onde a acusação é oficialmente apresentada perante o tribunal. A precisão e a clareza na denúncia são essenciais para garantir um julgamento justo e eficaz, orientando o decorrer do procedimento penal.

Penalidades Aplicáveis

As penalidades sob o artigo 130 do Código Penal abordam a exposição de outra pessoa ao risco de contágio de doenças venéreas e doenças graves intencionalmente. As consequências jurídicas variam conforme a gravidade da infração e a intenção do agente, incluindo penas de detenção e reclusão.

Detenção e Reclusão

O artigo 130 do Código Penal Brasileiro prescreve penalidades específicas para quem expõe outra pessoa ao risco de contágio de moléstias venéreas. Para casos em que a exposição é feita por meio de relações sexuais ou atos libidinosos sem a intenção de efetivamente contagiar, a pena prevista é de detenção que varia entre três meses e um ano, ou mesmo multa. Essa pena visa punir a exposição ao risco, independentemente de o contágio ocorrer ou não.

Nos casos onde há dolo, ou seja, a intenção clara de contaminar a pessoa, a figura da infração é mais grave, e a pena pode ser significativamente maior. Se a intenção do autor é efetivamente transmitir a doença, é possível que a sanção aplicada seja mais pesada, com potencial de reclusão.

Moléstia Grave e suas Consequências

Quando se trata de moléstias graves, as implicações legais são ainda mais sérias. O artigo 131 do Código Penal também abrange casos em que o agente intencionalmente busca transmitir uma moléstia grave como tuberculose ou COVID-19. Nestas situações, além da detenção, a pena pode escalar para reclusão, que pode durar de um a quatro anos.

Essa distinção representa a seriedade com que o legislador trata crimes que envolvem doenças que podem ter consequências mais devastadoras para a vítima. O uso de reclusão reflete a gravidade intensificada associada à tentativa de transmissão de moléstias sérias.

Aspectos Controvertidos e Discussões

O **artigo 130 do Código Penal** brasileiro, que trata do perigo de contágio venéreo, gera discussões acaloradas, especialmente em torno de aspectos como o **perigo abstrato**. Esse conceito considera a potencialidade de o ato causar dano, sem que a transmissão da doença precise de comprovação. A definição de perigo abstrato tem sido um ponto de debate constante entre juristas.

A tentativa de contágio é outro tema controverso. A questão é se o mero risco sem concretização pode ser penalmente relevante. Há quem defenda que a tentativa é possível, enquanto outros argumentam que a ausência de dano efetivo deveria mitigar a aplicação de penas mais severas.

Adicionalmente, surge a questão da **senha**, que refere-se metaforicamente à falta de consenso claro sobre os limites do consentimento informado. Ainda não se atinge um acordo sobre até que ponto o conhecimento prévio de uma condição por parte de uma das partes poderia isentar de punição a outra parte

envolvida.

Esses pontos, embora tratem de detalhes técnicos, tocam em questões éticas significativas, pois lidam com direitos fundamentais e a proteção da saúde pública. As discussões sobre o artigo 130 incentivam um diálogo contínuo entre o judiciário, legislativo e defensores de direitos humanos.

FAQ

No Artigo 130 do Código Penal, expor alguém ao risco de contágio venéreo pode ter implicações legais significativas. Esta seção aborda questões específicas sobre as consequências penais e diferenciações na caracterização do crime.

Quais são as consequências penais para quem transmite uma doença venérea sabendo ser portador?

De acordo com o Artigo 130 do Código Penal, a pessoa que sabe ser portadora de uma doença venérea e expõe outra à contaminação pode enfrentar pena de detenção de três meses a um ano ou aplicação de multa.

Como se caracteriza a transmissão do perigo de contágio venéreo segundo o Artigo 130 do Código Penal?

O perigo de contágio venéreo é caracterizado pela exposição de outra pessoa à contaminação através de relações sexuais ou atos libidinosos por alguém que sabe ser portador da doença. Este elemento define a configuração do crime, conforme documentado no artigo.

Qual a diferença legal entre perigo de contágio de moléstia grave e venérea?

O Artigo 130 se foca especificamente no perigo de contágio de doenças venéreas. Moléstias graves, por outro lado, podem estar tipificadas em outros artigos do Código Penal, implicando diferenças em suas penalidades e no enfoque legal da transmissão.

Como se dá a ação penal no crime de perigo de contágio venéreo?

A ação penal é, em regra, pública e incondicionada, permitindo que o Estado processe o acusado independentemente da vontade da vítima. Isso demonstra a seriedade com que esse crime é tratado no âmbito jurídico.

Quais medidas preventivas podem ser consideradas para excluir a tipicidade no crime de perigo de contágio venéreo?

Medidas como o uso de preservativos e a obtenção de consentimento informado, baseado em pleno conhecimento da condição de saúde do parceiro, podem ser relevantes para afastar a tipicidade do ato no contexto legal daquele que evita intencionalmente o contágio.

Em que momento ocorre a consumação do crime previsto no artigo 130 do Código Penal?

A consumação do crime ocorre com a exposição do risco ao contágio, independentemente da efetiva transmissão da doença. O perigo gerado pela ação em si já é suficiente para configurar a consumação do crime, sem necessidade de resultado concreto de infecção.